

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.108 - PR (2019/0354409-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JOÃO HENRIQUE FRANÇA PEDRO
ADVOGADO : ELVISLEY EMIDIO DO PRADO - PR098032
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOÃO HENRIQUE FRANÇA PEDRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0051703-85.2019.8.16.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia 30/9/2019 (prisão convertida em preventiva) e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, inciso II, e §2º-A, inciso I, do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, questionando os requisitos da prisão preventiva e a fundamentação do decreto construtivo.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 59):

EMENTA - HABEAS CORPUS - CRIME DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO - ARTIGO 157, §2º, INCISO II, E §2º-A, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL - DECISÃO QUE DETERMINOU A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, ESPECIFICANDO OS REQUISITOS DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PERICULUM LIBERTATIS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA QUE SE MOSTRA REQUISITO SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR - PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE - MODUS OPERANDI EMPREGADO - OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE NÃO SE MOSTRAM ADEQUADAS NO CASO - CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE DEMONSTRADAS DE FORMA INSUFICIENTE PARA AFASTAR A PRISÃO CAUTELAR QUANDO PREVISTOS OS REQUISITOS LEGAIS QUE

INDICAM SUA NECESSIDADE - AUSENTE O CONSTRANGIMENTO ILEGAL, DENEGA-SE A ORDEM PRETENDIDA.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que o decreto construtivo do recorrente não apresenta fundamentação idônea e que os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal não são visualizados. Expõe que o autuado é primário, tem 18 anos, possui residência fixa e é detentor de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Aduz, ainda, não haverem indícios suficientes de autoria e materialidade.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, o Tribunal de origem, considerou relevante a gravidade concreta do delito e a periculosidade social do acusado, evidenciada pelo *modus operandi* perpetrado, conforme se depreende do seguinte trecho transcrito do acórdão (e-STJ fls. 60/62):

[...]. Ademais, contrariamente ao arguido pelo impetrante, a decisão que decretou a prisão preventiva foi devidamente fundamentada.

Como é cediço, para que a prisão preventiva seja decretada

basta a existência da materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria, consubstanciando na presença do fumus comissi delicti. Além disso, é necessária a presença de um dos fundamentos relativos ao periculum libertatis e alguma das hipóteses previstas no artigo 313 do Código de Processo Penal.

Compulsando os autos de ação penal em apenso, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante no dia 01/10/2019 por cometer, em tese, o delito previsto no artigo 157, §2º, inciso II e §2º-A, inciso I, do Código Penal.

Em audiência de custódia a prisão em flagrante foi homologada e convertida em preventiva, sob os seguintes fundamentos:

Analizando o artigo 312 do Código de Processo Penal com o caso em tela, claramente percebe-se que se solto for neste momento, o flagrado colocará em risco a ordem pública, decorrente do modus operandi em que se deram os fatos.

Segundo consta dos autos, em tese, o autuado foi detido por populares e um policial que estava de folga ao empreender fuga, pois ele abordou a vítima, tomou-lhe o celular, utilizando-se de um objeto com cano preto, que a vítima acredita ser uma arma de fogo, para ameaça-la.

Conforme se verifica na certidão de antecedentes criminais do sistema Oráculo, o flagrado é primário (mov. 7.1), entretanto, considerando o modus operandi dos fatos, valendo-se frisar que o roubo foi praticado, em tese, com o uso de arma de fogo, ocorreu em via pública desta capital e que, no momento dos fatos, a vítima carregava seu filho em um carrinho de bebê, resta evidente a gravidade em concreto da conduta praticada, a indicar a periculosidade social do flagrado, circunstância que recomenda a sua custódia cautelar para fins de acautelamento da ordem pública.

[...]

Da análise dos requisitos do artigo 313 do Código de Processo Penal, observa-se também que o autuado, ao praticar, em tese, a infração de roubo, responderá por crime cuja pena máxima é superior a 04 (quatro) anos (artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal), motivo pelo qual, se somado com o requisito do artigo 312 do Código de Processo Penal (ordem pública), mostra-se perfeitamente cabível a decretação da prisão preventiva.

Havendo, portanto, elementos que indicam periculosidade

social do autuado em razão dos motivos acima expostos (modus operandi - forma de agir), tem-se que se revelam inadequadas e insuficientes neste momento as medidas cautelares diversas da prisão diante da gravidade e circunstâncias do fato (artigo 282, inciso II c/c artigo 319, ambos do Código de Processo Penal), sem olvidar a necessidade de se afastar a sensação de absoluta insegurança social diante do descontrole dos órgãos de segurança pública no combate a criminalidade, notadamente de ordem patrimonial (artigo 310, inciso II c/c artigo 312, ambos do Código de Processo Penal), impondo-se, pois, a conversão da prisão em flagrante de Jailson Soares Cardoso em prisão preventiva.

In casu, verifica-se que a materialidade delitiva restou comprovada por meio do Auto de Prisão em Flagrante Delito (mov. 1.1), do Auto de Reconhecimento de Pessoa (mov. 1.10), do Auto de Avaliação Indireta (mov. 1.15), do Boletim de Ocorrência (mov. 18.1), bem como pela prova oral produzida até o momento.

Do mesmo modo, há indícios suficientes de autoria a recair sob o paciente por delito cuja sanção máxima abstratamente cominada é superior a 04 (quatro) anos, haja vista que a vítima, em sede inquisitorial, relatou que foi abordada por dois sujeitos que, lhe mostrando um cano preto, aparentemente uma arma de fogo, subtraíram o celular dela. Ainda, referida ofendida efetivou o reconhecimento do paciente em Delegacia.

Assim, verifica-se a presença do fumus comissi delicti e da hipótese prevista no artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Ademais, há presente também o periculum libertatis consistente na garantia da ordem pública, conforme trazido na decisão ora vergastada.

*Isso porque o modus operandi empregado pelo paciente demonstra a sua periculosidade concreta e a gravidade do delito praticado, tendo em vista que **o crime, em tese, foi cometido em concurso de 02 (duas) pessoas e, conforme relato da vítima, essa estava com o seu bebê, empurrando o carrinho, quando foi abordada pelo paciente e outro sujeito não identificado e esse encostou nela algo que aparentemente era uma arma de fogo. Ademais, conforme relato da ofendida, o paciente, ao vir que a ofendida tinha o visto após o crime de roubo, tentou empreender fuga em um veículo gol branco.***

Assim, foi decretada de modo correto a prisão preventiva do

Superior Tribunal de Justiça

paciente, haja vista que, em tese, cometeu o delito contra uma mulher que estava com um carrinho com um bebê, em concurso de pessoas, utilizando-se de arma de fogo e tentou empreender fuga.

A garantia à ordem pública é analisada com base na periculosidade do paciente, que pode sobressair até mesmo da gravidade do delito e o modus operandi empregado na prática delitiva, devendo ser considerada, inclusive, a postura do agente no momento de sua prisão. [...].

Ainda, "[s]e as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo *modus operandi*, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Dispensando as informações.

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator